



Jornal do Sintaema

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM ÁGUA, ESGOTO E MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE SÃO PAULO

O SINTAEMA É FILIADO À



Gestão Juntos na Luta 2015 / 2019

www.sintaemasp.org.br

Ano: 30 - nº 890 - 12 a 25 de Novembro de 2018

MP 844/18

A luta incessante contra a privatização do saneamento

MP 844/18 foi aprovada na Comissão Mista, mas continua a mobilização do Sintaema e demais entidades em Brasília para que a medida não passe na votação da Câmara dia 12 de Novembro.



Sabesp - Plano de Saúde

Unimed é a vencedora da licitação



Ainda nesta edição:

**Empresas Privadas:
Acordo fechado com avanços
na Cava - Pág. 4**

**Notícias do Jurídico:
Sobre a ação dos aposentados
que se encontram na ativa
-Pág. 4**



**NOSSO NÚMERO MUDOU!
CADASTRE-SE JÁ!
Envie seus dados para:
+5511 9 8313-1233**

Água, o capitalismo sem risco e a MP 844/18

Enquanto arruma as malas para deixar o Palácio do Jaburu o governo ilegítimo de Temer dá continuidade a sua saga de entregar o patrimônio brasileiro ao capital privado com mais uma ameaça à população brasileira: a MP844/18, apelidada pelos movimentos sociais de Medida Provisória da Seca e da Conta Alta.

A MP tem como intuito entregar quase toda a rede de saneamento básico do país ao capital privado alterando a Lei 11.445/07, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, e a Lei 9.984/00 que dispõe sobre a Agência Nacional da Água.

Mal havia concluído o golpe que retirou a presidenta Dilma Rousseff do poder, Temer já flertava com as grandes corporações interessadas em dominar esse bem essencial à vida transformando a água em uma mercadoria. Isto ficou claro em sua ida ao Fórum Econômico Mundial em Davos, em 2016.

Na ocasião Temer participou de um debate com Paul Bulcke CEO (Chief Executive Officer) da Nestlé, multinacional interessada na privatização da água que participa junto com a Coca-Cola, Pepsi e Banco Mundial, do grupo Water Resources Group-WRG e que tem como objetivo privatizar a água em todo o mundo através de parcerias público-privadas.

Em setembro de 2016, o governo golpista lança o PPI-Programa de Participação e Investimentos que aponta as principais empresas de saneamento na linha de privatização como moeda de troca no refinanciamento das dívidas do Estado com a União colocando na linha de tiro empresas estatais como CEDAE, do Rio de Janeiro, CAERD, de Rondônia e a COSAMPA, do Pará.

Para tanto, o governo Temer oferece crédito à iniciativa privada através do BNDES usando como argumento: “o banco priorizou o setor de saneamento devido ao atraso do país no setor e principalmente ao impacto na qualidade de vida, na produtividade, na educação, no trabalho, no meio ambiente e na geração de renda e empregos”.

Como diz o ditado popular, “de boas intenções o inferno está cheio”. Apesar dos avanços conquistados no período de 2003 a 2013 por meio do PAC e pela consolidação da lei 11.445/07 que não breou as privatizações, hoje no Brasil 316 municípios são geridos pela iniciativa privada em 18 Estados.

O PLANSAB- Plano Nacional de Saneamento Básico

aponta para a necessidade de investir R\$ 508 bilhões para alcançar as metas definidas de 2014 a 2033. Nos últimos anos os investimentos estão decrescendo e aprofundando as desigualdades regionais.

Como podemos ver, Temer, não contente com os resultados editou às vésperas do jogo do Brasil e Bélgica do jogo do Brasil e Bélgica a Medida Provisória 844/18 para atender aos interesses das grandes corporações nacionais e multinacionais alterando a lei 11445/07 em seu artigo 10. Isto faz com que os municípios, ao término do Contrato de Programa com a empresa estatal sejam obrigados a fazer um chamamento público favorecendo claramente a iniciativa privada.

A iniciativa privada, que visa o lucro, vai se apresentar somente nos municípios grandes e nos mais rentáveis deixando os municípios de menor porte para o Estado. Assim as empresas privadas são poupadas de passar o estresse que ocorreu no Tocantins. Nesse Estado, após a privatização, a Odebrecht Ambiental devolveu 78 menores municípios para o Estado e ficou com os 47 maiores.

Este é o verdadeiro capitalismo sem risco, o que é ruim fica com o Estado, essa é a lógica imposta pela MP 844/18 que, se aprovada no congresso nacional nos próximos dias vai virar lei e aumentará a falta de saneamento em nosso país, uma vez que indiretamente acabará com a figura do subsídio cruzado que hoje faz com que as empresas estatais invistam em saneamento nos municípios de menor população.

Tomemos como exemplo a Sabesp, maior companhia de saneamento do país que atua em 369 municípios no Estado de São Paulo. Cerca de 60% de sua arrecadação vem da região metropolitana que abrange 39 municípios. Caso não fosse o subsídio cruzado praticado pela empresa, municípios como Euclides da Cunha, com 9.600 habitantes, Bananal, com 10.775 habitantes ou Igarapava, com seus 31.355 habitantes estariam entre os piores índices de saneamento do país, já que não interessariam à iniciativa privada que enxerga pela ótica do capital e do lucro.

Enquanto o governo entreguista de Temer e seu sucessor caminham no sentido de entrega do patrimônio público, o que vemos no mundo afora é um processo reverso, onde Estados e municípios estão retomando os serviços das empresas privadas, como em Paris, Berlim, Budapeste, Buenos Aires, Maputo (Moçambique), La Paz e até nos EUA, Meca do liberalismo, foram revertidos 61 casos de privatização pela precarização do atendimento às necessidades da população.

São 267 casos de retomada dos serviços públicos de saneamento no mundo tendo a precarização, a falta de investimentos e a alta das tarifas como principais motivos. Por essas evidências temos a certeza de que a MP 844/18 vai escancarar as portas do saneamento básico para a privatização oferecendo um “capitalismo sem riscos” no qual a iniciativa privada transformará a água em uma mercadoria abocanhando somente os mercados mais rentáveis.

A água é um recurso finito e imprescindível para a sobrevivência do Ser Humano, de todos os seres vivos e para o desenvolvimento de toda a humanidade, portanto não podemos tratá-la como uma mercadoria a ser negociada na Bolsa de Valores.

Dada a magnitude dos desafios, é fundamental lutarmos incansavelmente contra essa lógica de mercantilização, temos muito a superar, devemos desenvolver mecanismos de controle social em nível nacional e regional aprofundando as discussões iniciadas no Plansab, fortalecer os serviços públicos e o papel do Estado como agente indutor do desenvolvimento e da busca incessante pela universalização dos serviços de saneamento básico.

Por isso as federações de trabalhadores e trabalhadoras, os sindicatos dos trabalhadores do saneamento, as Centrais Sindicais e os Movimentos Sociais dizem NÃO à MP 844/18.

Água não é mercadoria! Juntos na luta em defesa da nossa água!

Rene Vicente
Presidente do Sintaema



A importância do intervalo de almoço na jornada de 8 horas

Antes da reforma trabalhista, aprovada em novembro de 2017, o intervalo de uma hora para o trabalhador com jornada de oito horas era obrigatório em lei.

Com a reforma, que é um retrocesso aos direitos e conquistas da classe trabalhadora, o horário de almoço tornou-se flexível para quem quiser fazer meia hora de intervalo mesmo cumprindo a jornada de oito horas.

Porém, não dar importância à necessidade desse intervalo pode influenciar a saúde e bem-estar do trabalhador. Isto porque durante a jornada é fundamental haver um breve repouso mental, o que é feito durante o intervalo do almoço. E com apenas meia hora, esta ação fica prejudicada.

Além disso, existe o aspecto fisiológico. Em entrevista ao site “M de Mulher”, na matéria “Por que devemos respeitar o nosso horário de almoço”, o especialista em Neurociência e Inteligência Emocional do Instituto IDEAH de São Paulo, William Ferraz, explica sobre a importância de se desligar de assuntos do trabalho no horário de almoço.

“Existem várias razões para utilizarmos toda a hora de almoço, uma delas é o fato de que devemos comer vagarosamente, de forma consciente e

sem estresse”, e destaca “comer rapidamente implica em uma digestão incompleta dos alimentos, o que também promoverá menor absorção dos nutrientes constituintes dos alimentos”, orientou.

De acordo com o especialista, quando comemos rapidamente temos menor consciência da quantidade, qualidade e reais necessidades do nosso corpo.

Embora a matéria tenha sido feita antes da reforma e no sentido de alertar a todos para que o intervalo de almoço não seja usado para resolver problemas, estudar ou adiantar algum serviço, cabe perfeitamente no caso do trabalhador que opta em fazer apenas meia hora de intervalo para o almoço, já que o tempo para almoçar e descansar estará reduzido à metade.

O especialista menciona na matéria que fazer uma pausa durante e logo após as principais refeições auxilia o processo de digestão adequado e pode ajudar a aumentar a produtividade no trabalho.

“Devemos lembrar que a digestão dos alimentos e absorção dos nutrien-

tes essenciais ao nosso organismo fazem parte de um processo que consome energia. Por isso, é indicado diminuir o ritmo, pelo menos durante e até mesmo alguns minutos após as refeições”, orienta o especialista.

E complementa: “A menor absorção dos nutrientes essenciais, consequência de uma digestão inadequada, causará deficiências ao funcionamento adequado do corpo, refletindo em estresse ao organismo. Essa situação pode se exprimir através de falta de energia, cansaço e até mesmo algumas doenças, como baixa imunidade e problemas gastrointestinais, por exemplo”.

Portanto, o Sintaema é contrário ao intervalo de meia de almoço para quem cumpre a jornada de 8 horas diárias. A reforma trabalhista não veio para melhorar a vida do trabalhador, mas sim a do empregador.

Pense nisso, pense em você, pense em sua saúde e não abra mão de seus direitos arduamente conquistados.

Juntos na luta em defesa da saúde e dos direitos dos trabalhadores.

Sintaema é contrário à mudança do Seguro de Vida

Neste ano o Sintaema havia proposto a renovação antecipada do Seguro de Vida dos trabalhadores e trabalhadoras da CETESB SEM REAJUSTE na Seguradora Aliança do Brasil (ligada ao Banco do Brasil), em um novo modelo que permitiria que os aposentados e desligados pudessem permanecer na apólice, porém a CETESB não concordou.

A CETESB então realizou processo de escolha de seguradora no mês de outubro e houve um reajuste de mais de 10%, neste processo uma das últimas seguradoras no

ranking da SUSEP, a Alfa Previdência e Vida S.A acabou sendo escolhida por uma diferença menor de R\$ 1,00 por pessoa (na média) em comparação com a atual seguradora.

O Sintaema já informou à CETESB que a Seguradora Aliança do Brasil, a maior seguradora do mercado, está disposta a reduzir este custo para continuar como a seguradora dos trabalhadores da CETESB. Desta forma recomendamos que os companheiros e companheiras não concordem com a mudança para a Alfa Previdência e Vida

S.A, visto que além de ariscada, esta mudança terá um custo maior.

Vale lembrar que o Seguro de Vida não é um benefício pago pela empresa, mas apenas administrado, sendo custeado integralmente pelos trabalhadores, e que, portanto, devem ter a última palavra neste tema.

Setorial dia 13/11, terça-feira, às 9 e 14h no CRF. Pauta: Assuntos pendentes

Após pressão, votação da MP na Câmara foi adiada para o dia 12

A MP 844/18, que altera o marco regulatório e abre as portas do saneamento para a iniciativa privada foi aprovada na Comissão Mista no último dia 31, mas a luta e resistência continuam para que não passe na Câmara



No dia 7 de novembro, a Frente Nacional pelo Saneamento Ambiental - FNSA, da qual o Sintaema é integrante e que reúne Federações, Associações, Movimentos populares e demais sindicatos do setor se reuniu com o colegiado das lideranças dos deputados federais em Brasília e conseguiu o acordo para que

a MP 844/18 não entrasse na pauta da Câmara Federal naquele dia. A votação ficou para o dia 12 de novembro.

Continuando os trabalhos de negociação o Sintaema esteve na Câmara tentando chegar a um acordo com Abcon- Associação brasileira das concessionárias privadas, principal interessada na

aprovação da MP.

Porém, a tentativa de se chegar a um acordo com a Abcon foi em vão, ela quer a qualquer custo aumentar a escala de participação no setor, a ponto de montar um estande dentro do Congresso com pessoas uniformizadas para fazer propaganda e convencer os deputados federais

a votarem a favor da MP.

A MP 844/18 foi criada em julho deste ano pelo governo golpista de Temer e, em linhas gerais, altera o marco regulatório para facilitar ainda mais a entrada da iniciativa privada no setor.

Desde então a FNSA vem lutando para que ela não seja efetivada.

FNSA montou força tarefa para combater a MP

O Sintaema participou da força tarefa da FNSA, em Brasília, nos dias 30 e 31 de outubro contra o desmonte do saneamento a nível nacional, porém, mesmo com toda a pressão contrária, a MP 844/18 foi aprovada na Comissão Mista do Congresso.

Foram diversas ferramentas usadas para tentar impedir a MP, que já é considerada a MP da sede e da conta alta. Foram várias reuniões com a bancada da minoria com forte atuação no sentido de impedir tal dano.

No dia 30 a Frente participou da eleição do presidente da comissão, que imediatamente indicou o relator e em 20 minutos eles apresentaram o relatório com 93 páginas.

A pressa para aprovar a MP era tanta que queriam que

isso acontecesse na mesma sessão, porém, com muita pressão, a Frente conseguiu uma audiência pública no dia 31 para tentar convencer os parlamentares, mas o esforço concentrado foi em vão. Ainda assim a Frente se reuniu com o líder do governo da Casa Civil, mas ele não atendeu as demandas. Passaram o trator por cima de tudo, e à noite aprovaram o texto na Comissão Mista.

Vale ressaltar que a Frente presenciou um profundo desrespeito ao regimento interno e uma forte participação e interferência dos mandatários do novo governo que já ocupam as casas legislativas. Como bem disse um dos deputados da oposição "É bom que Temer e Bolsonaro saibam que eles podem muito, mas não podem tudo".

A luta continua!

Frente a esse quadro nebuloso será necessário intensificar ainda mais a luta contra o ataque aos bens públicos.

O Sintaema e os demais integrantes da

FNSA continuarão fazendo plantão em Brasília e gestões junto aos parlamentares para que a MP não seja aprovada nos plenários da Câmara e do Senado, e assim não entregar o sanea-

mento público para a iniciativa privada.

É preciso defender este setor porque o lucro tem de ser social, e não monetário.

O setor é essencial à saúde e à vida, portanto

deve ser gerido pelo poder público, e não pela iniciativa privada que somente visa o lucro.

Não vamos desistir, a luta continua!



Delegados Sindicais e Suplentes contra a MP 844/18



Trabalhadores na Sabesp de Diadema contra a MP 844/18

CONESAN

Sintaema continua no Conesam em defesa do saneamento

O Sintaema participou da 8ª reunião ordinária do Conesam - Conselho Estadual de Saneamento, da Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos do Estado de São Paulo, no Palácio dos Bandeirantes, no último dia 6.

Na ocasião foi realizada a posse dos novos membros do período biênio e o Sintaema continua no Conselho. "Houve deliberações e abordagens sobre os programas "Água Limpa" e "Desenvolve São Paulo", planos municipais de saneamento e foi apresentado o novo sistema "SISAN" que é como um observatório de saneamento com dados técnicos.

Foi contestada pelo Sintaema a ausência do debate sobre a MP 844/18 no Conselho, já que se trata de um assunto de extrema relevância para o setor uma vez que trará mudanças no marco regulatório vigente.

O Sintaema também pe-

diu alterações no Estatuto, como o mandato de dois para quatro anos, as reuniões ordinárias semestrais para trimestrais e a criação de câmaras técnicas no Conesam, inclusive que esse pedido fosse registrado em ata.

Depois da reunião o Sintaema conversou informalmente com a presidente da Sabesp, Karla Bertocco, sobre a MP 844/18. A presidente também se mostrou preocupada com a Medida, e afirmou que alguns governadores também

estão contrários à MP, e que há uma grande possibilidade de o texto ser alterado da aprovação final. A alteração obriga o chamamento somente onde as estatais não operam, e, embora tenham de participar da licitação, não perderiam as cidades onde já estão instaladas. Isso já seria um dano menor diante de um desmonte maior.

O Sintaema está sempre na luta em defesa da categoria e do saneamento. Estamos juntos!



Unimed é a vencedora do pregão

Em breve o Sintaema realizará assembleia com os trabalhadores para avaliar se o novo plano de saúde contempla as necessidades da categoria.



A Comissão de saúde se reuniu com a CH da Sabesp no dia 8 de novembro quando a empresa confirmou que a Unimed do Estado de São Paulo – Federação Estadual das Cooperativas Médicas é a ven-

cedora do pregão que definiu a operadora que administrará o novo plano de saúde. A licitação foi para a taxa de administração a ser paga à operadora, e a Unimed foi a empresa que apresentou a melhor proposta e lance.

Adesão e transição

Na reunião anterior, no dia 25 de outubro, a Sabesp informou que esclareceu 81 questões feitas por parte das operadoras que concorrem, e que entre as questões havia a coparticipação, inativos/dependentes, integração dos sistemas, preços e valores.

De acordo com o cronograma, haverá um período para a adesão e migração para os novos planos que ficarão disponíveis no site da Sabesp, e que após a migração haverá treinamento e capacitação do RH da Sabesp para atender às questões administrativas e canais de atendimento por parte da operadora de saúde.

Foi colocado ainda pela Sabesp que o plano odontológico atual será mantido até que se faça uma nova licitação. O Sintaema ressaltou que protocolou uma carta junto à Sabesp no sentido de que a empresa cumpra com suas tratativas de que tudo será mantido e garantido para que nenhum trabalhador ou trabalhadora seja prejudicado, e avisou que realizará uma assembleia com a categoria para avaliar se a operadora vencedora tem condições de atender com a mesma qualidade do plano anterior e sem nenhum prejuízo aos trabalhadores. "Somente assinaremos concordância com o plano depois que ele passar pelo crivo da assembleia", disse o presidente do Sintaema, Rene Vicente. O Sintaema continuará acompanhando e avaliando cada etapa de todo o processo. Juntos na luta, juntos na saúde!

Continuam as discussões sobre a estrutura tarifária



O Sintaema participou do 2º e 3º painéis do Simpósio sobre a Estrutura Tarifária da Sabesp, que tem como objetivo a revisão da estrutura, no último dia 30. O simpósio é de iniciativa da Arsesp – Agência Reguladora de Saneamento e Energia de São Paulo e contou com

vários interlocutores do setor. Muito se falou sobre a fórmula usada pela Sabesp, que pratica a tarifa mínima, e questionamentos de qual seria a fórmula ideal no sentido de alcançar a universalização no abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto sem desequilíbrio

financeiro para as concessionárias.

O Sintaema continuará acompanhando esta discussão nos próximos painéis que devem ocorrer em novembro e dezembro.

Juntos na luta pela universalização do saneamento básico!

Acordo fechado com garantia no emprego na Cava

Os trabalhadores da Cava Soluções Ambientais, da CSA, fecharam o acordo coletivo no dia 22 de outubro, depois das negociações da campanha salarial entre o Sintaema e a direção da empresa.

Houve reajuste de 4,48% sobre o salário, todos os benefícios foram mantidos e igualmente reajustados e o piso salarial praticado pela empresa foi para R\$ 1.400,00. A proposta aprovada firma o compromisso de se manter



os postos de trabalho e reavaliar os benefícios se houver o crescimento da economia.

Parabéns, estamos juntos na luta!

Sorteio para os feriados de Natal e Ano Novo

Dia 24 de novembro/2018, a partir das 9h30, na Sede do Sintaema. Favor chegar com 30 minutos de antecedência para pegar a senha.

Valor das diárias:

Casa pequena para 8 pessoas - R\$ 140,00
Casa grande para 12 pessoas - R\$ 160,00

Atenção:

1-Os sócios do Interior que queiram participar do sorteio terão que ligar e informar o nome e matrícula até dia 23 de novembro de 2018;

2- No mesmo dia do sorteio já será possível escolher a casa.

Juntos na luta, juntos no lazer!

Prorrogada a entrega de documentos para a ação dos aposentados que se encontram na ativa

Conforme informamos na edição 885 do Jornal do Sintaema, o Departamento Jurídico do sindicato ingressará com ação com o objetivo de o trabalhador aposentado não mais contribuir para o INSS. Como a demanda foi grande, o prazo para que o trabalhador entregue os documentos ao Diretor do sindicato, ao Delegado Sindical ou no Departamento Jurídico foi prorrogado para a data-limite de 30 de novembro.

Confira os documentos necessários:

- 1- Cópias da carteira de trabalho (foto, nome e contrato);
- 2- Cópia do último demonstrativo de pagamento salarial;
- 3- Cópia da carta de concessão de aposentadoria entregue pelo INSS.

Estamos juntos na luta e na justiça!

APOSENTADORIA

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

MENDONÇA

Presidente: Rene Vicente dos Santos – Diretor de Comunicação: José Antonio Faggian
Jornalista responsável: Adriana Chainho MTB: 24.298

Projeto gráfico e diagramação: ZzyonN comunicação digital e desenvolvimento
Sede do Sintaema: Av. Tiradentes, 1323 – Ponte Pequena – CEP 01102-050 Fone: 3329.2500
Site: www.sintaemasp.org.br - Email: imprensa@sintaema.com.br - Tiragem: 13 mil exemplares